

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Elsa Maria Pires dos Santos, 49 anos, bacharelado do Curso Superior de Secretariado pelo ISLA

— Janeiro de 2005/janeiro 2014 — Secretária da Honda Motor Europe,

— Outubro 1999/março 2000 — Secretária Pessoal do Secretário de Estado da Administração Interna do XIV Governo

— Fevereiro 1996/outubro 1999 — Secretária Pessoal do Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro

— Novembro 1995/janeiro 1996 — Secretária Pessoal do Primeiro-Ministro

— Abril 1993/outubro 1995 — Secretária da Honda Automóvel de Portugal

— Abril 1991/fevereiro 1993 — Secretária de Administração da Rendimestra L.ª

— Maio de 1990/março 1991 — Secretária Administração Trave Mestre, L.ª

— Outubro 1989/abril 1990 — Secretária Comercial IN'S Grupo

— Outubro 1988/setembro 1989 — Secretária de Direção STAP, L.ª

209255022

Despacho n.º 498/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Adjunto do meu gabinete o licenciado Fernando José Oliveira Cáliz Ferreira, Técnico Superior do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 7 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Fernando José Oliveira Cáliz Ferreira, 43 anos, licenciado no Curso de Professores do Ensino Básico Primeiro Ciclo, pelo Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde e com Curso de Especialização em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro, Técnico Superior do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, exerceu funções de Adjunto do Gabinete do Primeiro-Ministro nos governos constitucionais XVII e XVIII.

209254748

Despacho n.º 499/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Secretária Pessoal do meu Gabinete Ana Paula Guimarães Marinho Moreira, Técnica do Turismo de Portugal, I. P., do Ministério da Economia.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 7 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Ana Paula Guimarães Marinho Moreira, nascida em 26 de agosto de 1962, em Vila Nova de Famalicão, habilitada com o Curso de Técnicos de Empresas e Atividades Turísticas da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (1983/1986), com uma pós-graduação em Formação de Formadores para o Ensino da Hotelaria e Turismo pelo *Centre International de Glion* (atual *Glion Institute of Higher Education*), na Suíça (1991/1992), e com o Grau de Bacharel pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (2000); no extinto INFT/INFTUR, Departamento de Formação, Direção de Serviços de Assistência Técnica e Formação na Empresa, em 6 de outubro de 1992; Assistente de Direção na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, de maio de 1997 a janeiro de 1999; Secretária Pessoal do Gabinete do Primeiro-Ministro de fevereiro de 1999 a abril de 2002, nos XIII e XIV Governos Constitucionais; Técnica do extinto INFTUR de maio de 2002 a fevereiro de 2005; Secretária Pessoal do Gabinete do Primeiro-Ministro de março de 2005 a junho de 2011, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais; Técnica do Turismo de Portugal, I. P., de julho de 2011 a novembro de 2015.

209254601

Despacho n.º 500/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Assessor do meu gabinete o licenciado Fernando Soto Almeida, Técnico Superior da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC).

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório de origem, nos termos do n.ºs 8 e 11 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2015.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Fernando Soto Almeida, 63 anos, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (1971/1976).

Categoria profissional: Técnico superior do quadro de pessoal da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), afeto ao Gabinete Jurídico/Departamento de Registo e Contencioso.

1 — Percurso profissional:

2005 a 2011 — Assessor Administrativo do Gabinete do Primeiro-Ministro dos XVII e XVIII Governos Constitucionais, designado para substituir o Chefe de Gabinete nas suas faltas e ausências.

2004 — Consultor I do quadro do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), afeto ao Gabinete Jurídico/Registo Aeronáutico Nacional (RAN).

1999 — Técnico superior IV do quadro do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

1996 a 2002 — Assessor Administrativo do Gabinete do Primeiro-Ministro dos XIII e XIV Governos Constitucionais, designado para substituir o Chefe de Gabinete nas suas faltas e ausências.

1993 a 1996 — Requisitado no Instituto Nacional de Formação Turística (INFT), afeto à Direção.

1992 a 1993 — Presidente do Conselho Fiscal da Empresa Rodoviária do Tejo, S. A. (Grupo RNIP).

1992 — Representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações na Comissão Permanente de Certificação Profissional.

1991 — Delegado da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC) no *Finance Advisory Board* das *Joint Aviation Authorities (FAB/JAA)*, com sede em Amesterdão.

1989 — Assessor principal do quadro da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC).

1985 a 1992 — Subdiretor-Geral da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC).

1984 a 1986 — Vogal da Comissão Regional de Turismo de Setúbal/Costa Azul.

1983 a 1985 — Adjunto do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional.

1983 — Técnico superior principal do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1980 a 1983 — Secretário do Conselho Universitário da Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

1980 — Técnico superior de 1.ª classe do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1978 — Técnico superior, contratado, da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1978 — Adjunto do Ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional.

1976 a 1978 — Adjunto do Ministro da Educação e Investigação Científica do I Governo Constitucional.

2 — Formação profissional:

1986 — Curso de Gestão Orçamental Pública — INA.

1986 — Curso de Direção Moderna: Fundamentos e Técnicas — DGEFAP.

1982 — Bolseiro da Conferência Permanente dos Reitores Europeus (CRE), em Genebra.

1980 e 1981 — Bolseiro e estagiário do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

3 — Trabalhos publicados:

1984 — Coletânea de Legislação Universitária, anotada (Imprensa Nacional).

4 — Públicos Louvores:

2011 — Louvor do Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional.

2005 — Louvor do Primeiro-Ministro do XIV Governo Constitucional.

1992 — Louvor do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional.

1978 — Louvor do Ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional.

Dezembro de 2015.

209254878

Despacho n.º 501/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Adjunta do meu gabinete a licenciada Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey, Técnica Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 30 de novembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de

20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey

Data e local de nascimento: 22/10/1973, Lisboa

Habilitações e atividade académica

Pós-Graduação em Estudos Europeus, Universidade Católica Portuguesa (2002/2003).

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (1996/1997).

Percurso Profissional

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos, Ministério dos Negócios Estrangeiros (desde 01.04.2014): designada para representar o Ministério em juízo, nos processos de contencioso administrativo; incumbida da elaboração de pareceres e estudos de natureza jurídica interna, *maxime* Direito Administrativo, e da preparação de projetos de diploma. Nomeada Conselheira Suplente do Ministério para a Igualdade.

Diretora de Serviços dos Assuntos Europeus, Ministério da Administração Interna (de 01.06.2007 a 31.03.2014):

Responsável pelo estabelecimento e organização da Direção de Serviços; preparação da participação dos membros do governo no Conselho Justiça e Assuntos Internos da UE e em outras reuniões ministeriais; coordenação e participação do MAI em 24 Comitês/Grupos do Conselho da UE, em Redes e Agências Europeias, e em Comitês da Comissão Europeia; coordenação da transposição das Diretivas da UE; Relações Bilaterais com Estados-membros da UE, de Schengen/EEE e países com perspetiva UE; preparação e realização da 2.ª Avaliação Schengen a Portugal; e negociação das Perspetivas financeiras UE 2015-2020, na área Assuntos Internos;

Integração no núcleo de definição e exercício da presidência portuguesa do Conselho da UE (2.º semestre de 2007);

Delegada nacional a grupos de trabalho do Conselho da UE: Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo; Grupo de Alto Nível Asilo e Migração, Comité Estratégico da Cooperação Judiciária e Policial; e *Task Force* Mediterrâneo Migrações.

Técnica Superior no Gabinete de Assuntos Europeus, Ministério da Administração Interna (de 01.06.2005 a 01.06.2007).

Técnica Superior na Direção de Serviços Justiça e Assuntos Internos, Direção-Geral dos Assuntos Comunitários, Ministério dos Negócios Estrangeiros (de 01.11.2001 a 01.06.2005).

Assessora Técnica da Comissão do Código do Consumidor; representante da Presidência do Conselho de Ministros no Conselho de Administração do CIMASA e do CASA; e assessora da Vice-Presidente do Instituto do Consumidor (de 01.11.2000 a 30.10.2001).

Equiparada a Técnica Superior na Direção-Geral dos Assuntos Comunitários, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (de 15.11.1999 a 31.07.2000).

Advogada-Estagiária na Sociedade Jardim, Sampaio, Caldas & Associados, sob o patrocínio do Dr. Júlio de Castro Caldas (de 10.10.1997 a 01.11.1999).

Público Louvor n.º 315/2011 do Ministro da Administração Interna, a 06/05/2011, pelos serviços prestados na 2.ª Avaliação Schengen a Portugal; e Público Louvor n.º 1613/2009 da Diretora-Geral da Administração Interna, a 16/12/2009, pelos serviços prestados na Presidência portuguesa do Conselho da UE.

209254934

Despacho n.º 502/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer funções de Secretária Pessoal do meu gabinete Eunice Jemina de Gouveia Serra Morais, especialista da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei